



# AVALIAÇÃO UNIFICADA

## CADERNO DE QUESTÕES

### INSTRUÇÕES

- Você está recebendo o CADERNO DE QUESTÕES e a FOLHA DE RESPOSTA.
- Para cada questão há somente uma alternativa correta. Assinale na folha de respostas a alternativa que julgar correta.
- Não é permitido nenhum tipo de consulta, incluindo Calculadoras e Códigos Jurídicos.
- O cartão de resposta não será substituído em hipótese alguma.
- Término da prova: **21h.**
- Tempo mínimo para entrega da prova: **40 min.**

CURSO/PERÍODO

**DIREITO - 7º PERÍODO - DATA: 22/4/2026**

## GABARITO RASCUNHO

01	A	B	C	D
02	A	B	C	D
03	A	B	C	D
04	A	B	C	D
05	A	B	C	D
06	A	B	C	D
07	A	B	C	D
08	A	B	C	D
09	A	B	C	D
10	A	B	C	D
11	A	B	C	D
12	A	B	C	D
13	A	B	C	D
14	A	B	C	D
15	A	B	C	D
16	A	B	C	D
17	A	B	C	D
18	A	B	C	D
19	A	B	C	D
20	A	B	C	D
21	A	B	C	D
22	A	B	C	D
23	A	B	C	D
24	A	B	C	D
25	A	B	C	D

**“Estudar Direito é um deságio, mas também a oportunidade de ser um agente de transformação social. Mantenha a constância e a paixão pela busca da verdade”.**

**VOCÊ É CAPAZ!  
BOA PROVA!**



Disciplina: Direito Penal – Parte Especial V  
Professor: Me. André de Paula Viana

### Questão 01

De acordo com a Lei n. 11.343/2006, para determinar se a droga se destinava a consumo pessoal, o juiz atenderá a quais critérios?

- a) Apenas à quantidade de substância apreendida.
- b) À natureza e à quantidade da substância apreendida, ao local e às condições em que se desenvolveu a ação, às circunstâncias sociais e pessoais, bem como à conduta e aos antecedentes do agente.
- c) Apenas aos antecedentes do agente e à sua conduta social.
- d) Às circunstâncias da prisão em flagrante e à quantidade da droga, exclusivamente.

### Questão 02

Sobre a causa de diminuição de pena prevista no § 4º do art. 33 da Lei de Drogas (conhecida como "tráfico privilegiado"), é correto afirmar que:

- a) É aplicável a todos os condenados pelo crime de tráfico, independentemente de seus antecedentes.
- b) Exige que o agente seja primário, de bons antecedentes, não se dedique às atividades criminosas nem integre organização criminosa.
- c) Permite a redução da pena de um sexto a dois terços, mas não afasta a hediondez do crime.
- d) Só pode ser concedida se a quantidade de droga apreendida for mínima.

### Questão 03

Aquele que financia ou custeia a prática do crime de tráfico de drogas (previsto no art. 33, caput), embora não participe diretamente da execução, comete qual crime?

- a) O mesmo crime de tráfico de drogas (art. 33), com causa de aumento de pena.
- b) Associação para o tráfico (art. 35).
- c) Um crime autônomo, previsto no art. 36 da Lei de Drogas.
- d) Concurso de pessoas no crime de tráfico, com pena atenuada por não participar da execução.

### Questão 04

A posse de maquinário, aparelho, instrumento ou qualquer objeto destinado à fabricação, preparação, produção ou transformação de drogas, sem autorização ou em desacordo com determinação legal, configura qual crime?

- a) Ato preparatório impunível, se nenhuma droga for efetivamente produzida.
- b) Crime autônomo previsto no art. 34 da Lei de Drogas.
- c) Crime de tráfico de drogas (art. 33), na modalidade "fabricar".
- d) Crime de associação para o tráfico (art. 35), se os objetos pertencerem a mais de uma pessoa.

Disciplina: Direito Civil – Das Coisas I  
Professora: Esp. Ronaldo Carvalho

### Questão 05

Diferencie o juízo possessório do petitório. Em uma ação onde o autor fundamenta seu pedido exclusivamente no direito de propriedade (escritura registrada), mas nunca teve o exercício de fato da posse, a ação correta é:

- A) Reintegração de Posse (*jus possessionis*).
- B) Imissão na Posse (*jus possidendi*).
- C) Manutenção de Posse (caráter dúplice).
- D) Interdito Proibitório com pedido de liminar.

### Questão 06

A cláusula "constituti" (Constituto Possessório) é o oposto da "traditio brevi manu" e caracteriza-se por:

- A) Transformar o possuidor direto em indireto (ex: o dono vende a casa e nela permanece como inquilino).
- B) Transferir a propriedade de bens móveis pela simples entrega das chaves.
- C) Impedir a transmissão da posse por herança.
- D) Exigir a tradição real da coisa para a validade do negócio jurídico.

### Questão 07

João e Maria, irmãos, herdaram um sítio e exercem a composses sobre o imóvel *pro indiviso*. Sem o consentimento de Maria, João decide cercar uma parte específica do terreno (a mais fértil) e proíbe a entrada da irmã naquela área, alegando que aquela é sua cota-parte.

**Sobre a situação jurídica, assinale a correta:**

- A) Maria não pode usar ações possessórias contra João, devendo apenas pedir a extinção do condomínio.
- B) João agiu no exercício regular de seu direito de compossuidor, pois pode usar a coisa livremente.
- C) Maria pode ajuizar ação de reintegração de posse contra João, pois o compossuidor não pode excluir a posse dos demais sobre a coisa comum.
- D) A composses impede o uso de interditos entre os próprios compossuidores.

### Questão 08

Tício invadiu conscientemente um terreno alheio (posse de má-fé). Durante a ocupação, o terreno sofreu uma erosão que ameaçava desmoronar. Tício gastou R\$ 10.000,00 em obras de contenção (benfeitorias necessárias) para salvar o imóvel. O proprietário retoma o bem judicialmente.

Quanto aos gastos de Tício, o Código Civil determina:

- A) Tício perde todo o valor investido, pois agiu de má-fé.
- B) Tício tem direito ao ressarcimento das benfeitorias necessárias, mas não tem direito de retenção para garantir o pagamento.
- C) Tício tem direito de retenção e indenização, pois as obras salvaram o imóvel.
- D) Tício só seria indenizado se tivesse autorização judicial prévia para a obra.

### Questão 09

CHAOLIN trabalha há vinte anos como capataz em uma fazenda que explora a atividade agropecuária, tendo sido contratado pelo proprietário para cuidar da propriedade e liderar os demais empregados. Ele reside no próprio local de trabalho, em uma casa cedida pelo proprietário para a sua moradia e da sua família. Certo dia TSUNAMI acompanhada de 03 (três) homens armados que ameaçavam invadir a propriedade. Sobre a defesa da posse por parte de CHAOLIN é correto afirmar:

- A) CHAOLIN pode se valer dos interditos possessória ou do desforço imediato.
- B) CHAOLIN não pode se valer dos interditos possessórios e tampouco do desforço imediato.
- C) CHAOLIN pode se valer dos interditos possessórios.
- D) CHAOLIN pode se valer do desforço imediato.

Disciplina: Direito Processual Civil IV

Professor: Ma. Roberta Favalessa Donini

### Questão 10

Considere as diretrizes do Código de Processo Civil sobre a teoria geral dos recursos apresentadas no material e em aula. Sobre o sistema recursal, assinale a alternativa correta:

- A) Contra a decisão monocrática de um relator que nega provimento a um recurso em tribunal, o interessado deve interpor Agravo de Instrumento no prazo de 15 dias, sob pena de preclusão.

- B) O preparo é um requisito de admissibilidade intrínseco que consiste no pagamento das despesas processuais, sendo que sua insuficiência parcial no ato da interposição gera a deserção imediata, sem possibilidade de complementação.
- C) A renúncia ao direito de recorrer é um fato extintivo do direito de recorrer, possui natureza unilateral e independe da anuência da parte contrária, podendo ser realizada antes mesmo da interposição do recurso.
- D) As decisões interlocutórias que não põem fim ao processo são sempre combatidas por Apelação, enquanto os Embargos de Declaração são restritos apenas às sentenças que apresentam omissão ou contradição.

### **Questão 11**

No que diz respeito às formas de interposição e à estrutura do Recurso Adesivo prevista no art. 997 do Código de Processo Civil e nas orientações do material, assinale a alternativa correta:

- A) O recurso na forma adesiva é restrito às hipóteses de Apelação, Recurso Especial e Recurso Extraordinário, ficando sua admissibilidade e mérito subordinados ao destino do recurso independente.
- B) O recurso adesivo é considerado uma espécie autônoma de recurso, tal qual a apelação, e pode ser interposto independentemente da existência de um recurso da parte adversária, desde que haja sucumbência recíproca.
- C) Caso o recorrente do recurso principal desista de sua peça recursal, o recurso adesivo deverá ser processado e julgado normalmente pelo órgão ad quem, em observância ao princípio da voluntariedade.
- D) Como regra geral de interposição, tanto o recurso principal quanto o adesivo devem ser protocolados diretamente no órgão ad quem, inclusive nos casos de Agravo de Instrumento.

### **Questão 12**

O sistema recursal civil é regido por princípios fundamentais que orientam a atuação das partes e dos magistrados. Relacionando os princípios da Singularidade, da Fungibilidade e as regras de interposição, assinale a alternativa correta:

- A) Pelo princípio da Singularidade (ou Unirrecorribilidade), cada decisão judicial permite apenas um tipo de recurso, não havendo exceções no sistema processual civil, mesmo em casos de violação simultânea à Constituição e à lei federal.
- B) O princípio da Fungibilidade permite que o juiz aceite um recurso inadequado no lugar do correto, desde que preenchidos requisitos como a inexistência de erro grosseiro, ausência de má-fé e observância do prazo legal.
- C) Segundo a regra geral de interposição, o recurso deve ser protocolado no órgão a quo, não existindo exceção para o recurso de Agravo de Instrumento, que também deve seguir esse rito.
- D) O princípio da Preclusão Consumativa permite que a parte, após interpor o recurso, complemente suas razões a qualquer tempo, desde que ainda esteja dentro do prazo legal de 15 dias.

### **Questão 13**

No sistema processual civil brasileiro, a interposição de um recurso gera diversos efeitos que impactam o andamento da causa e a eficácia das decisões. Sobre a relação entre esses efeitos e a atuação do Poder Judiciário, assinale a alternativa correta:

- A) O Efeito Obstativo é exclusivo do recurso de Apelação, sendo o único capaz de impedir que a decisão judicial transite em julgado formalmente.
- B) O Efeito Substitutivo ocorre em qualquer situação em que um recurso é interposto, independentemente de o tribunal chegar a julgar o mérito da questão impugnada.
- C) Os efeitos dos recursos são matérias de interesse privado das partes, sujeitos à preclusão caso o juiz atribua equivocadamente um efeito suspenso a um recurso que não o possui.

D) O Efeito Translativo permite que o Tribunal conheça de matérias de ordem pública de ofício, porém, sua aplicação é limitada nos Recursos Especial e Extraordinário devido à exigência constitucional do prequestionamento.

#### Questão 14

A doutrina e o Código de Processo Civil estabelecem regras específicas sobre como a interposição de um recurso pode afetar outras partes do processo ou permitir a reconsideração da decisão. Analisando os efeitos Expansivo e Regressivo, assinale a alternativa correta:

- A) O Efeito Regressivo é a regra geral do recurso de Apelação, permitindo que o juiz de primeiro grau se retrate em qualquer sentença proferida.
- B) O Efeito Expansivo Subjetivo ocorre quando o provimento de um recurso interposto por apenas um dos litisconsortes beneficia os demais, o que é vedado em casos de litisconsórcio simples.
- C) O Efeito Expansivo Objetivo manifesta-se quando o julgamento de um recurso atinge pretensões que não foram especificamente impugnadas, mas que guardam relação de prejudicialidade com a matéria recorrida.
- D) O Efeito Suspensivo é inerente a todos os recursos no Brasil, como o Agravo de Instrumento, impedindo imediatamente que a decisão produza efeitos executórios ou declaratórios.

Disciplina: Direito Processual Penal II

Professor: Me. Andréia Viana

#### Questão 15

Sobre as diversas modalidades de ação penal, é correto afirmar:

- a) Em caso de morte do ofendido, o direito de intentar a ação privada propriamente dita se transmite ao cônjuge, ascendente, descendente ou irmão da vítima.
- b) O prazo decadencial para o oferecimento da requisição pelo Ministro da Justiça na ação penal pública é de seis meses.
- c) A ação penal privada subsidiária da pública fere o comando constitucional que atribui ao Ministério Público a titularidade da ação penal.
- d) Com a revogação do crime de adultério, deixou de existir no ordenamento jurídico brasileiro a chamada ação penal privada personalíssima.

#### Questão 16

João foi vítima de crime contra a honra em 10 de janeiro. Contudo, apenas em 10 de março ele descobre quem foi o autor. João oferece queixa-crime em 15 de dezembro do mesmo ano.

Nesse caso, é correto afirmar que:

- a) Não houve decadência, pois o prazo é contado da data do fato.
- b) Houve decadência, pois já se passaram mais de 6 meses do fato.
- c) Não houve decadência, pois o prazo é de 1 ano.
- d) Houve decadência, pois já se passaram mais de 6 meses do conhecimento da autoria.

#### Questão 17

De acordo com o Código de Processo Penal, assinale a alternativa correta acerca da ação penal:

- a) O Ministério Público poderá desistir da ação penal pública quando entender não haver provas suficientes para a condenação.
- b) A representação do ofendido, nos crimes de ação penal pública condicionada, é irretratável após o oferecimento da denúncia.
- c) A renúncia ao direito de queixa em relação a um dos autores do crime não se estende aos demais.
- d) O direito de queixa poderá ser exercido a qualquer tempo, não estando sujeito a prazo decadencial.

### Questão 18

Pedro foi vítima de crime de ação penal pública. O investigado encontra-se preso. O Código de Processo Penal estabelece que o Ministério Público deve oferecer denúncia em 5 dias. Contudo, o promotor permaneceu inerte e não apresentou a denúncia no prazo legal.

Diante disso, é correto afirmar que:

- a) O processo será automaticamente arquivado.
- b) A vítima poderá ajuizar ação penal privada subsidiária da pública.
- c) O prazo para denúncia passa a ser de 15 dias.
- d) Apenas o juiz poderá oferecer a denúncia.

### Questão 19

Carlos praticou o crime de estupro contra André, causando-lhe danos morais e materiais. Após o regular processamento da ação penal, sobreveio sentença penal condenatória, reconhecendo a existência do fato e sua autoria. Inconformado, Carlos interpôs recurso de apelação, mas o tribunal manteve integralmente a condenação, ocorrendo o trânsito em julgado.

Diante dessa situação, caso André deseje buscar a reparação dos danos sofridos, assinale a alternativa correta:

- a) Deverá propor ação civil de conhecimento perante o tribunal que julgou a apelação, visando à condenação de Carlos ao pagamento de indenização.
- b) Deverá propor ação civil de conhecimento perante o juízo criminal que proferiu a sentença condenatória.
- c) Poderá promover ação de execução ex delicto perante o juízo cível, sendo possível utilizar a sentença penal condenatória como título executivo, com eventual liquidação para apuração do valor dos danos.
- d) Poderá promover ação de execução ex delicto perante o juízo cível apenas se a sentença penal condenatória tiver fixado previamente o valor total da indenização.

Disciplina: Direito Ambiental

Professor: Esp. Juliana Soler

### Questão 20

Com relação aos princípios do direito ambiental, em especial o princípio do desenvolvimento sustentável, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) O princípio do desenvolvimento sustentável, não é previsto expressamente na Constituição Federal de 1988, ele visa priorizar o desenvolvimento econômico mesmo em situações em que existe possibilidade de esgotamento dos recursos naturais.
- b) O princípio do desenvolvimento sustentável originou-se no início da década de 1970. O princípio do desenvolvimento sustentável encontra-se no caput do artigo 225 da Constituição Federal de 1988.
- c) A ideia principal é assegurar a existência digna da pessoa humana, através de uma vida com qualidade. O correto é que as atividades sejam desenvolvidas lançando-se mão dos instrumentos existentes adequados para a menor degradação possível. O princípio do desenvolvimento sustentável traduz o desenvolvimento que atende as necessidades do presente sem comprometer as futuras gerações.
- d) As atividades humanas desenvolvidas em certo momento devem considerar, à luz da disponibilidade dos recursos naturais utilizados, a possibilidade de manter-se ao longo do tempo, para as gerações futuras. Se uma determinada atividade pressupõe o esgotamento dos recursos naturais envolvidos, devem ser redobrados os cuidados na autorização de sua implantação, chegando-se ao limite de restringi-la.

### Questão 21

Assinale a alternativa INCORRETA:

- a) a Constituição Federal de 1988 expressamente adotou o princípio da prevenção ao preceituar no caput do artigo 225, o dever do poder público e da coletividade de proteger e preservar o meio ambiente para as presentes e futuras gerações.
- b) O Princípio da Precaução determina que não se licencie uma atividade, toda vez que não se tenha certeza de que ela não causará danos irreversíveis ao ambiente, em face da incerteza ou da controvérsia científica atual, é melhor tomar medidas de proteção severas do que nada fazer, é em realidade, implementar o direito ao meio ambiente às futuras gerações.
- c) o princípio do usuário-pagador significa que o "poluidor deve arcar com os custos relativos às medidas de prevenção e luta contra a poluição", normalmente assumidos pelo poder público, configurando um ônus social.
- d) a diferença entre o princípio da prevenção e o princípio da precaução está na avaliação do risco que ameaça o meio ambiente. a precaução é considerada quando o risco é elevado - tão elevado que a total certeza científica não deve ser exigida antes de se adotar uma ação corretiva, devendo ser aplicado naqueles casos em que qualquer atividade possa resultar em danos duradouros ou irreversíveis ao meio ambiente, assim como naqueles casos em que o benefício derivado da atividade é completamente desproporcional ao impacto negativo que essa atividade pode causar ao meio ambiente.

Disciplina: Economia Política

Professor: Me. Mário César M Miranda

### Questão 22

Durante a Idade Média, a organização social, política e econômica europeia apresentava características próprias do sistema feudal, que posteriormente deram lugar ao capitalismo.

Com base nesses conceitos, assinale a alternativa correta:

- a) No feudalismo, havia intensa circulação de moeda e comércio desenvolvido, sendo a acumulação de capital sua principal característica.
- b) O feudalismo caracterizava-se por uma economia baseada na subsistência, com pouca circulação de moeda e forte hierarquia social.
- c) O capitalismo surgiu sem qualquer relação com o feudalismo, sendo um sistema completamente independente e imediato.
- d) No feudalismo, havia grande mobilidade social, permitindo que servos ascendessem facilmente à nobreza.

### Questão 23

Na análise da economia capitalista, Karl Marx desenvolveu o conceito de mais-valia como elemento central para compreender a dinâmica da exploração do trabalho.

Com base nesse conceito, assinale a alternativa correta:

- a) A mais-valia é o excedente produzido pelo trabalhador além do necessário para sua própria subsistência, sendo apropriado pelo capitalista.
- b) A mais-valia corresponde ao valor pago integralmente ao trabalhador pelo capitalista, refletindo a justa remuneração do trabalho.
- c) A mais-valia representa o lucro obtido exclusivamente por meio do comércio, sem relação com o processo produtivo.
- d) A mais-valia é o valor gerado pelas máquinas, independentemente da participação do trabalho humano.

Disciplina: História do Direito  
Professor: Esp. Juliana Soler

#### Questão 24

Considerando os primórdios do Direito, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Nas sociedades anteriores à escrita, a transmissão de leis abrangia, sobretudo, o escopo intergeracional. Os protagonistas eram figuras religiosas e anciãos, que, para isso, realizavam cerimônias, contos e discussões, contendo lições morais. Esses agentes, além de transmitirem as leis, cumpriam funções de mediadores e/ou de juízes.
- b) as leis escritas fundamentavam um largo escopo da vida cotidiana dos sujeitos, incluindo casamentos, propriedade, direito de herança e delitos. Essas leis refletiam, literalmente, a sociedade de seu tempo, pois espelhavam o consenso da comunidade e a equidade percebida, buscando a reconciliação como a reparação de maneira preferencial, eram leis passadas pelo costume.
- c) nessas sociedades sem escrita, os crimes não eram divididos em diferentes classes, as leis não escritas não fundamentavam a vida cotidiana.
- d) O Código de Hamurabi lei ressalta o papel do plebe que tinha o dever de garantir a ordem social. O Código reflete normas legais e a própria estrutura hierárquica (e concepções éticas) da sociedade babilônica.

#### Questão 25

Assinale a alternativa INCORRETA:

- a) O Código de Hamurabi traz leis que regulam, por exemplo, a prática da escravidão; o exercício do divórcio; o direito de herança; punições voltadas para fraudes em práticas comerciais; punições para crimes que atentam contra a vida; dentre outras práticas. A lei ressalta o papel do rei como uma espécie de “mediador divino de conflitos”, que, com essa alcunha, tinha o dever de garantir a ordem social. O Código reflete normas legais e a própria estrutura hierárquica (e concepções éticas) da sociedade babilônica.
- b) o Código de Hamurabi, em que pese ter sido uma das primeiras legislações escritas da história, teve apenas a função de consolidar o poder de Hamurabi, considerando o grande desafio de lidar com a diversificada demografia de seu império, e não buscou criar um padrão de justiça capaz de ir além das fronteiras tribais e locais.
- c) O código de Hamurabi reflete normas legais e nem a estrutura hierárquica da sociedade babilônica, ressaltou o papel do rei.
- d) O rei tinha papel de mediador divino de conflitos e tinha o dever de garantir a ordem social.

O sucesso não cai do céu. Ele exige muita  
luta, esforço, estudo e força de vontade.